

IGOR PEREIRA PINHEIRO

Direito Eleitoral
SANCIONADOR


EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Direito Eleitoral Sancionador

©Igor Pereira Pinheiro

EDITORA MIZUNO 2025

Revisão: Igor Pereira Pinheiro

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	
P654d	Pinheiro, Igor Pereira Direito eleitoral sancionador / Igor Pereira Pinheiro. – Leme-SP: Mizuno, 2025. 457 p.; 17 X 24 cm ISBN 978-85-7789-689-9 1. Direito eleitoral. I. Pinheiro, Igor Pereira. II. Título. CDD 342.8107
Índice para catálogo sistemático	
I. Direito eleitoral	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

O material disponibilizado on-line, incluindo links, QR-codes, vídeos, petições, entre outros, estará acessível durante a vigência da edição atual do livro, podendo ser retirado após esse período, sem aviso prévio.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3554-9820

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

INTRODUÇÃO AO CONTEXTO DA IMPUNIDADE ELEITORAL BRASILEIRA	23
--	-----------

TÍTULO I O SISTEMA DE JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRO

CAPÍTULO 1

A Justiça Eleitoral Brasileira	35
1.1 Visão Geral	35
1.2 Problemas Estruturais da Justiça Eleitoral Brasileira	37
1.2.1 Ausência de Carreira Específica e Composição dos Tribunais Eleitorais	37
1.2.2 O Rezoneamento da Justiça Eleitoral	41
1.2.3 Instabilidade Jurisprudencial e Insegurança Jurídica como Fatores Propulsores de Impunidade Estrutural	48

CAPÍTULO 2

Ministério Público Eleitoral	65
2.1 Visão Geral	65
2.2 Modificações Necessárias na Atuação do Ministério Público Eleitoral	71
2.2.1 O Necessário Fim da Equivocada Cultura Institucional de Exclusividade do Ministério Público Eleitoral para Fiscalizar as Eleições	71
2.2.2 Criação de Grupo Auxiliar dos Promotores Eleitorais	73
2.2.3 Presença nas Redes Sociais Como Ouvinte e Espectador para a Coleta de Informações que Possam Subsidiar Investigações	74
2.2.4 Realização de Diligências Investigativas em Repartições Públicas/Privadas e nos Atos Político-Partidários Praticados em Propriedade Privada Aberta ao Público na Ocasião ...	75
2.2.5 Fiscalização do Histórico de Apoio Político dos Agentes Contratados com Dispensa de Licitação/Inexigibilidade ou que Sejam Contratados por Licitação com Índícios de Fraude	76
2.2.6 Monitoramento das Contratações Temporárias e Designações para Cargos Comissionados	76

2.2.7 Acompanhamento das Ações dos Assumidos ou Notórios Pré-Candidatos para Evitar e Suspender, quando Consumados, os atos Caracterizadores de Propaganda Eleitoral Antecipada, Condutas Vedadas e Abuso de Poder na Chamada Pré-Campanha	79
2.2.8 Adotar uma Política Institucional Voltada a Aplicação de Termos de Ajustamento de Conduta Eleitoral e Acordos de Não Persecução Civil (Soluções Negociadas) na Área Cível Eleitoral	82
2.3 O Poder de Investigação do Ministério Público	93
2.3.1 O Poder Investigatório Cível Administrativo e Eleitoral	94
2.3.1.1 Notícia de Fato (NF)	99
2.3.1.2 Procedimento Preparatório Eleitoral (PPE)	103
2.3.2 O Procedimento Investigatório Criminal (PIC)	106
2.3.3 Crimes de Abuso de Autoridade na Condução de Investigações Eleitorais	121
2.3.4 Crime Eleitoral pela Omissão Dolosa de Membro do Ministério Público	139

CAPÍTULO 3

A Polícia Judiciária Eleitoral	145
---	------------

CAPÍTULO 4

A Advocacia Eleitoral na Prevenção e Repressão à Corrupção nas Eleições	149
4.1 Implementação do <i>Compliance</i> Eleitoral nos Partidos Políticos	149
4.2 Advocacia Eleitoral Investigativa	151

CAPÍTULO 5

Participação dos Eleitores na Luta Contra a Corrupção Eleitoral	155
--	------------

CAPÍTULO 6

A Necessidade de Políticas Públicas Anticorrupção	159
--	------------

CAPÍTULO 7

Conjuntura Político-Eleitoral e a Ausência de Perspectiva na Evolução do Sistema	165
7.1 A Nova Lei de Improbidade Administrativa e os Seus Inconstitucionais Reflexos na Área Eleitoral	171
7.1.1 Premissas Iniciais da Probidade Administrativa e sua Natureza Jus Fundamental	171
7.1.2 Inconstitucionalidades da Nova Lei de Improbidade Administrativa com Reflexos na Área Eleitoral	175
7.1.2.1 O Estabelecimento de Rol Taxativo dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam em Violação aos Princípios Administrativos	178
7.1.2.2 A Revogação do Desvio de Finalidade Previsto Anteriormente no Inciso I do Artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa	184
7.1.2.2.1 As Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral e a Sua (Ainda) Possível Caracterização como Improbidade Administrativa	186

7.1.2.3 A Exclusão dos Partidos Políticos e Suas Fundações do Âmbito de Aplicação da Lei de Improbidade Administrativa	214
7.1.2.4 Vedação, como Regra kGeral, à Transmissibilidade da Sanção de Perda do Cargo Público pela Condenação em Ação de Improbidade Administrativa	217
7.1.2.5 A Inconstitucional Forma de Contagem da Sanção de Suspensão dos Direito Políticos na Nova Lei de Improbidade Administrativa	218

TÍTULO II

O DIREITO ELEITORAL SANCIONADOR BRASILEIRO

CAPÍTULO 1

Visão Geral do Direito Eleitoral Sancionador Brasileiro	225
1.1 Ilícitos Cíveis Eleitorais	227
1.2 Crimes Eleitorais	242

CAPÍTULO 2

Princípios Estruturantes do Direito Eleitoral Sancionador Brasileiro à Luz da Efetividade Constitucional do Combate à Corrupção nas Eleições	253
2.1 Princípio da Legalidade Estrita e Prévia	254
2.1.1 A Extrapolação do Poder Regulamentar da Justiça Eleitoral	256
2.1.1.1 Crimes Eleitorais Inconstitucionais Previstos em Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	257
2.1.1.2 A Inconstitucional Criação de Ilícitos/Sanções Eleitorais Cíveis por Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	269
2.1.1.3 A Inconstitucionalidade Formal e Material dos “Atos Concertados” no Âmbito dos Tribunais Eleitorais	274
2.2 O Princípio da Primazia do Combate à Corrupção nas Eleições	277
2.2.1 A Amplitude do Combate à Corrupção nas Eleições: Para Além da Simples Repressão à Corrupção Eleitoral e a Máxima Competência da Justiça Eleitoral na Contenção dos Abusos	281
2.2.1.1 A Possibilidade da Decretação do Afastamento das Funções Públicas nas Ações Eleitorais Cíveis Cassatórias	287
2.2.2 Abuso de Poder: Conceituação, Características Gerais, Sanções e Efeitos Judiciais	289
2.2.2.1 Abuso de Poder Político	298
2.2.2.2 Abuso de Poder Econômico	310
2.2.2.3 Abuso por Utilização de Veículos ou Meios de Comunicação	322
2.2.2.4 A Polêmica do Abuso de Poder Religioso	326
2.2.2.5 Fraude à Cota de Gênero como Abuso de Poder	331
2.2.2.6 Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral	337

2.2.2.6.1 Características das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral	345
2.2.2.7 Captação Ilícita de Sufrágio	366
2.2.2.8 Captação e Gastos Ilícitos em Campanha	373
2.3 Crimes de Combate à Corrupção nas Eleições: Uma Cortina de Fumaça Legislativa	374
2.3.1 A Desatualização Normativa e as Assimetrias Sancionatórias dos Vários Crimes de Corrupção nas Eleições	380
2.3.2 Prisões no Período Eleitoral: A Necessária Leitura Constitucional do Artigo 236 do Código Eleitoral Brasileiro	395
2.3.3 As Soluções Sistêmicas para a Máxima Efetividade Possível dos Crimes Anticorrupção nas Eleições	403
2.3.3.1 Inaplicabilidade do Princípio da Insignificância aos Crimes Eleitorais	403
2.3.3.2 Consensualidade Penal Limitada	409
2.4 O Princípio da Vedação ao Retrocesso Anticorrupção	415
2.4.1 Breve Introdução ao Direito Fundamental Anticorrupção	415
2.4.2 A Supralegalidade dos Tratados e Convenções Internacionais Anticorrupção e a Proibição de Retrocesso (Tutela Mínima Anticorrupção)	428
CONCLUSÕES	435
REFERÊNCIAS	453